

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.939 - RJ (2019/0280464-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : BRASBUNKER PARTICIPAÇÕES S/A  
**RECORRENTE** : RIO ALVA PARTICIPACOES S/A  
**RECORRENTE** : PRINCIPAL DSB SERVICOS DE OLEO E GAS II S.A.  
**RECORRENTE** : VALORA GESTAO DE INVESTIMENTOS LTDA  
**RECORRENTE** : CASTRO SOBRAL E GOMES - ADVOGADOS  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE ESPINOLA CATRAMBY E OUTRO(S) - RJ102375  
CAMILLA QUEIROZ WERNECK - RJ200054  
LARISSA BELTRÃO DE CARVALHO - RJ224176  
**RECORRIDO** : E.R. OFFSHORE GMBH & CIE.KG  
**RECORRIDO** : E.R. SCHIFFFAHRT REEDEREIGESELLSCHAFT MBH & CIE. KG  
**ADVOGADOS** : WILLIAM FIGUEIREDO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ084529  
MÁRCIO TAVARES FELGUEIRAS - RJ090285  
CLAUDIO KÖHLER - RJ063129  
PEDRO VINICIUS INDALENCIO FERREIRA - RJ152010

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto pela BRASBUNKER PARTICIPAÇÕES S/A, com fundamento no art. 105, "a" e "c", da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 63):

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA SIMULTANEAMENTE AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL DE CONHECIMENTO. CITAÇÃO DOS REQUERIDOS. NÃO REALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. DECISÃO AGRAVADA QUE INDEFERIU O PEDIDO SOB O FUNDAMENTO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. PEDIDO DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CONDENAÇÃO NAS PENAS DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. DECISÃO DE NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL NO ROL DO ART. 85, § 1º DO CPC PARA ESTE TIPO DE INCIDENTE. AUSÊNCIA DE DOLO NA INSTAURAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. RECURSO DESPROVIDO.*

Os embargos de declaração restaram rejeitados.

Em suas razões, a recorrente alega violação ao art. 85, § 2º, do CPC/2015,

defendendo o cabimento de honorários advocatícios sucumbenciais pelo indeferimento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, ao argumento de sua *inequívoca natureza de ação de conhecimento*.

Contrarrazões apresentadas às fls. 197-204.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não prospera.

Conforme entendimento da Corte Especial do STJ, firmado por ocasião do julgamento do EREsp 1.366.014/SP, à mingua de previsão legal, não são cabíveis honorários advocatícios nos incidentes processuais, exceto nos casos em que haja a aptidão de extinguir ou alterar substancialmente o próprio processo principal (EResp 1.366.014/SP, Rel. **Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL**, julgado em 29/3/2017, DJe 5/4/2017).

Nesse sentido:

*CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. INVENTÁRIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO INVENTARIANTE. IMPUGNAÇÃO DOS HERDEIROS. ACOLHIMENTO DO INCIDENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTE. DECISÃO MANTIDA. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.*

*1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

*2. A jurisprudência desta Corte entende que a melhor exegese do § 1º do art. 20 do CPC/73 não permite, por ausência de previsão nele contida, a incidência de honorários advocatícios em incidente processual (EResp 1.366.014/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Corte Especial, DJe 5/4/2017)*

*3. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente*

*mantido em seus próprios termos.*

*4. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.*

*5. Agravo interno não provido, com imposição de multa (AgInt no AREsp 1.282.362/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Terceira Turma, j. 24/6/2019, DJe 26/6/2019).*

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO. AÇÃO CAUTELAR. CARÁTER INCIDENTAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO.*

*1. Inexiste violação do art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido fundamenta claramente seu posicionamento, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.*

*2. A comprovação da divergência jurisprudencial, na forma dos arts. 541 do CPC/1973 e 255 do RISTJ, demanda o cotejo analítico dos acórdãos confrontados, com demonstração da similitude fática existente entre eles. Não havendo essa semelhança, impossível o conhecimento do recurso no ponto.*

*3. No caso, a recorrida propôs a ação cautelar com o propósito de manter a antecipação de tutela mesmo após o julgamento de improcedência da sua ação principal na primeira instância. O Tribunal local, entendendo que a suspensividade da apelação não seria suficiente para garantir a vantagem, julgou procedente o pedido, condenando o ora recorrente ao pagamento de honorários advocatícios.*

*4. No julgamento de situação distinta, porém com lógica aplicável à hipótese em exame, a Corte Especial do STJ estabeleceu que, "nas medidas cautelares destinadas a dar efeito suspensivo a recurso que não o tenha, não são devidos honorários de advogado" (EResp 677.196/RJ, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 18/2/2008).*

*5. Com as devidas alterações, a situação destes autos possui alguns pontos de contato com o precedente. A ação cautelar, também aqui, funciona como um tipo de incidente processual. Por meio dele, pretende a parte obter, na segunda instância, a antecipação de tutela perdida após o sentenciamento que lhe foi desfavorável. A perda da vantagem - observe-se - não adveio de qualquer comportamento da parte adversária, mas, sim, do ato*

*processual do juiz. Tal circunstância desconfigura a causalidade que justificaria a condenação do ora recorrente ao pagamento da verba advocatícia.*

*6. Em outro julgado recente, a Corte Especial, destacando a inexistência de previsão normativa, afirmou o descabimento da condenação em honorários advocatícios em incidente processual, ressaltando apenas os casos em que esses expedientes "são capazes de extinguir ou alterar substancialmente o próprio processo principal" (EResp 1.366.014/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Corte Especial, DJe 5/4/2017).*

*7. Recurso especial provido para afastar a condenação em honorários advocatícios.*

*(REsp 1.611.535/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, j. 28/11/2017, DJe 5/12/2017).*

No caso dos autos, o Tribunal de origem negou a possibilidade de arbitramento de honorários advocatícios no caso de indeferimento de desconsideração da personalidade jurídica, com fundamento na natureza de incidente processual decidido por decisão decisória interlocutória, que não está prevista entre as hipóteses de arbitramento de honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 1º, do CPC/2015 (e-STJ, fl. 67).

Desse modo, constata-se a conformidade do acórdão recorrido com a orientação jurisprudencial desta Corte, circunstância que implica o desprovimento do recurso, nos termos da Súmula 83/STJ.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO  
Relator